



Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no edifício da Junta de Freguesia, em Campo, sito na Rua dos Moirais, 94/100 4440-131 Campo, reuniu em sessão ordinária o Executivo da Junta de Freguesia de Campo e Sobrado, sob a direção do Presidente da Junta, Alfredo Costa e Sousa, na presença dos seguintes membros do Executivo: Daniela Filipa Moreira dos Santos, José Carvalho Ferreira Marujo e José Pereira da Silva Bessa. -----

Ordem de trabalhos: -----

Ponto um – Intervenção do público; -----

Ponto dois – Leitura e aprovação da ata da reunião realizada a vinte de julho de dois mil e vinte; -----

Ponto três – Leitura da correspondência recebida; -----

Ponto quatro – Recursos Humanos; -----

Ponto cinco – Cemitério – Concessões perpétuas de terrenos e Averbamentos; -----

Ponto seis – Ambiente; -----

Ponto sete – Outros assuntos. -----

Aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Junta, passou-se para o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto um – Intervenção do público -----

Não havendo público presente, seguiu-se para o segundo ponto da Ordem de Trabalhos.

Ponto dois – Leitura e aprovação da ata da reunião realizada a vinte de julho de dois mil e vinte -----

Após leitura da ata da reunião realizada a vinte de julho de dois mil e vinte, a qual havia sido aprovada em minuta, esta foi aprovada, **por unanimidade**. -----

Ponto três – Leitura da correspondência recebida -----

Câmara Municipal de Valongo – Solicita à Junta de Freguesia a cedência de duas barracas para apoio à realização da peça teatral “A Batalha do Rio Ferreira”, a realizar pela Câmara Municipal, de seis a nove de agosto de dois mil e vinte, na Ponte do Rio Ferreira, em Campo. Pedido aprovado, **por unanimidade**. -----



Câmara Municipal de Valongo – Convida o Executivo da Junta de Freguesia para assistir à peça teatral “A Batalha do Rio Ferreira”, a realizar de seis a nove de agosto de dois mil e vinte, na Ponte do Rio Ferreira, em Campo. Foi tomado conhecimento. -----

Jornal Novo Regional – Propõe à Junta de Freguesia a contratualização de dez publicações para publicidade e/ou divulgação de iniciativas a desenvolver por esta Junta de Freguesia na edição do Jornal Novo Regional, por um período de dez meses, pelo valor mensal de setenta e cinco euros, mais IVA à taxa legal em vigor. Proposta aprovada, **por unanimidade**. -----

Ponto quatro – Recursos Humanos -----

No âmbito da celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, estabelecido entre a Câmara Municipal de Valongo e esta Autarquia, e tendo em conta a elevada atividade desenvolvida pelos serviços do setor das obras e higiene e limpeza dos arruamentos, o Executivo deliberou, **por unanimidade**, contratualizar, pelo método de prestação de serviços em regime de tarefa, o funcionário, Amável Fernando Sousa Ferreira, por um período de três meses, com efeito a partir do mês de agosto de dois mil e vinte. (Em anexo, parecer prévio, declaração, proposta e minuta do contrato). -----

Após análise do processo disciplinar, e com base nos fundamentos invocados no relatório final apresentado pela sua Instrutora, o Executivo deliberou, **por maioria**, com o voto de abstenção do Sr. Tesoureiro, José Carvalho Ferreira Marujo, aplicar ao funcionário, António Coelho Alves, Assistente Operacional da Junta de Freguesia de Campo e Sobrado, a sanção disciplinar de suspensão, pelo período total de duzentos e quarenta dias, com perda de retribuição e antiguidade, com produção imediata. -----

Tomando conhecimento que os prestadores de serviços, António Pinto Pereira, Vítor Manuel Gonçalves Moreira e Pedro Miguel Moreira Santos têm vindo a faltar ao serviço, recusando a compensação do tempo de trabalho em falta, o Executivo deliberou, **por unanimidade**, proceder ao desconto do valor respetivo ao tempo de trabalho em falta, no total de dezanove dias, quatro dias e seis dias, respetivamente. -----



Ponto cinco – Cemitério – Concessões perpétuas de terrenos e Averbamentos -----

Idalina Ribeiro da Fonseca solicita a troca do terreno da **Sepultura número vinte e sete**, da **Quarta Secção**, pelo terreno da **Sepultura número dezoito**, da **Secção Lateral**, no **Cemitério Paroquial de Sobrado**, solicitando a alteração do averbamento do terreno desta última **sepultura** para o nome dos filhos, Virgílio Ribeiro Neto, Francisco José Ribeiro Neto, Paulo Sérgio Ribeiro Neto e César Abílio Ribeiro Neto. Pedido aprovado, **por unanimidade**. -----

Maria Alcina Moreira Gaspar e Pedro Manuel Gaspar Moreira solicitam a concessão perpétua do terreno da **Sepultura número noventa e três**, da **Terceira Secção**, do **Cemitério Paroquial de Sobrado**. Pedido aprovado, **por unanimidade**. -----

Maria Filomena da Silva Pereira e Rosa Margarida da Silva Pereira solicitam a alteração do averbamento do terreno da **Sepultura número sessenta e sete**, da **Primeira Secção**, do **Cemitério Paroquial de Sobrado**. Pedido aprovado, **por unanimidade**. -----

Ponto seis – Ambiente -----

O Executivo deliberou, **por unanimidade**, contratualizar de serviços de empresa especializada para proceder aos trabalhos de limpeza dos terrenos nas traseiras da antiga fábrica da Cifa/Ribeira de Fontelhas, terrenos estes inseridos nos Acordos de Execução celebrados com a Câmara Municipal de Valongo. -----

Ponto sete – Outros assuntos -----

Em virtude da ocorrência da segunda inundação no armazém da Junta de Freguesia, em Campo, motivada por grandes qualidades de água provenientes da Autoestrada A4 em horas de grande pluviosidade, por forma a salvaguardar eventuais inunda es no futuro, e após análise do orçamento apresentado, o Executivo deliberou, **por unanimidade**, atribuir os serviços de coloca o de tubagem para escoamento de águas, por ajuste direto simplificado,   empresa Granitec, Lda., pelo valor de dois mil de duzentos euros, mais IVA   taxa legal em vigor. -----

Tendo em conta a saída anunciada do Reverendíssimo Padre José Manuel Macedo da Paróquia de Campo, o Executivo deliberou, **por unanimidade**, atribuir uma pequena lembrança de agradecimento e reconhecimento pela sua dedica o e trabalho em prol da comunidade de Campo. -----

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo deliberou, **por unanimidade**, aprovar a ata desta reunião em minuta, para efeitos imediatos. (À presente ata anexa-se a referida minuta, composta por duas páginas.) -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de que para se constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros do Executivo presente. -----

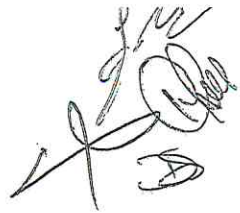
O Presidente:  _____

O Secretário:  _____

O Tesoureiro:  _____

O Vogal:  _____

O Vogal: _____



PROPOSTA
EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL PARA A CELEBRAÇÃO DE UM
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NA MODALIDADE DE TAREFA

Considerando que:

1) A Lei n.º 2 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2015, refere no seu artigo 75.º n.º 5 que carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de Abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença e contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

2) De acordo com o disposto no artigo 10.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, o contrato de prestação de serviço para o exercício de funções públicas é celebrado para a prestação de trabalho em órgão ou serviço sem sujeição à respetiva disciplina e direção, nem horário de trabalho, podendo revestir a modalidade de contrato de avença, cujo objeto é a execução de prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar, a todo o tempo, por qualquer das partes, mesmo quando celebrado com cláusula de prorrogação tácita, com aviso prévio de 30 dias e sem obrigação de indemnizar.

3) De acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, (adiante designada por LGTFP), a celebração de contratos de tarefa ou avença apenas pode ter lugar quando cumulativamente:

- a) “Se trate da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- b) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;



- c) O contratado comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social".
- 4) De acordo com o disposto no n.º 12 do referido artigo 75.º nas autarquias locais, o dito parecer é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 - B/2010, de 28 de Abril, 66/2012, de 31 de Dezembro, e 80/2013, de 28 de Novembro.
- 5) Continua a não estar publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, o que implica que, para a administração local, não exista regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do referido artigo 75.º da LOE 2015, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, com a redação conferida pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.
- 6) Apesar de tal ausência de regulamentação poder conduzir à inexigibilidade de adotar o regime ali previsto no que diz respeito à administração local, é entendimento da Junta de Freguesia de Campo e Sobrado que a contratação abrangida por aquele diploma está sujeita a parecer prévio deste órgão devendo seguir-se o regime instituído pela Portaria n.º 53/2014, de 3 de Março (Portaria n.º 20/2015, de 4 de fevereiro), com as devidas adaptações.
- 7) De acordo com os normativos citados, na celebração ou renovação dos contratos de prestação de serviço, durante o ano de 2020, abrangidos pelo disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, devem ser salvaguardados e garantidos os seguintes requisitos previstos nas alíneas do n.º 6 do mesmo artigo: a verificação do disposto no n.º 2 do artigo 32.º da LGTFP e a inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes a contratação em causa (alínea a); e declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente (alínea b) e a observância do estatuído no n.º 1 do citado artigo 75.º (alínea c).



- 8) Em reunião de Junta de Freguesia de 20 de julho de 2020, de acordo com os fundamentos vertidos na proposta então apresentada, foi deliberado o início de procedimento de contratação de um colaborador, por meio de ajuste direto nos termos do CCP, em regime de contrato de prestação de serviços.
- 9) Se observam os requisitos acima mencionados, conforme será infra referido, de modo a dar resposta a este trabalho de **grande importância** para a Freguesia.
- 10) Se trata de um contrato que tem como objeto prestações sucessivas, com retribuição certa mensal, podendo cessar a todo o tempo, em que o serviço será prestado e executado pelo contratado, como trabalho não subordinado (alínea a), do n.º 1 do artigo 32.º da LGTFP), revelando-se, por isso, inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público.
- 11) Quanto à obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de requalificação ou mobilidade especial, previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2003, de 28 de Novembro e regulamentada pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro, é entendimento do Governo que as autarquias não estão sujeitas a obrigação de consulta prévia à Direção Geral de Qualificação dos Trabalhadores (INA) prevista naquela Portaria.
- 12) Para efeitos da aplicação da redução a que se refere o n.º 1 do artigo 75.º é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, exceto no caso das avenças previstas na alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, em que a redução incide sobre o valor a pagar mensalmente, não sendo de aplicar ao presente caso a dita redução.



Proponho:

Que, atendendo à verificação dos requisitos previstos no n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82- B/2014, de 31 de Dezembro, se emita parecer prévio favorável para a celebração de um contrato de prestação de serviços, na modalidade de contrato de tarefa, a seguir descrito, pelo período de três meses.

Objeto: Prestação de Serviços em regime tarefa da área da higiene e limpeza das ruas e outras vias da freguesia.

Entidade Adjudicatária: Freguesia de Campo e Sobrado

Valor Mensal: € 670 em que o valor Global: € 2.010 isento de IVA art. 53.º do CIVA

Data de Produção de Efeitos: 10 de agosto de 2020

Anexos:

1. Informação de cabimento;
2. Proposta apresentada pelo concorrente;
3. Minuta do Contrato;

Campo e Sobrado, 5 de Agosto de 2020

Anexo II - Declaração

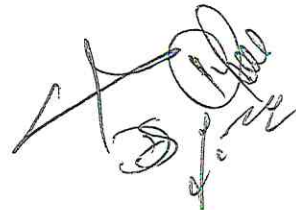
a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro)

1. Amável Fernando de Sousa Ferreira, com o CC nº 05955202, morador na Rua do Caminho Novo, 95, 4440—347 Sobrado, declara, sob compromisso de honra que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, declarada por sentença judicial, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeitas a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, ou tenham o respetivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas por um plano de insolvência, ao abrigo da legislação em vigor;
 - b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
 - c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº. do artigo 21.º do Decreto-lei nº. 433/82, de 27 de Outubro, na al. b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código de Contratos Públicos (23);
 - d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;
 - e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação;
 - f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
 - g) Tem em regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social.
2. O declarante junta em anexo o documentos comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Campo e Sobrado, 27 de julho de 2020

PROPOSTA



Eu, Amável Fernando de Sousa Ferreira, com o CC nº 05955202, morador na Rua do Caminho Novo, 95, 4440—347 Sobrado, na sequência do Vosso convite para apresentação de proposta no âmbito do procedimento de ajuste direto para prestação de serviços da área da higiene e limpeza das ruas e outras vias da freguesia e outros correlacionados e de harmonia com o caderno de encargos contantes do Procedimento, proponho receber uma quantia mensal no valor de € 670 (seiscentos e setenta euros), a que corresponde o valor total previsto para o contrato de € 2.010 (dois mil e dez euros) isentos de Iva ao abrigo do artigo 53.º do CIVA.

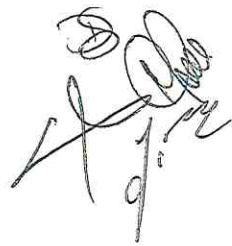
Anexo a Declaração do procedimento e respetiva documentação

- Comprovativos de ausencia de dívidas ao fisco e à segurança social.

Campo e Sobrado, 27 de julho de 2020

Assinatura

Amável Fernando de Sousa Ferreira



MINUTA

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇO

Entre:

A Freguesia de Campo e Sobrado, pessoa coletiva de direito público com Rua dos Moirais n.º 94/100, NIPC 510835473, representada neste ato pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Alfredo Sousa, doravante designada por Primeira Outorgante,

e

_____, com domicílio Rua _____, portador do BI/CC n.º _____ e contribuinte n.º _____ adiante designado por Segundo Outorgante, é celebrado o presente contrato de prestação de serviços que ficará a reger-se pelas seguintes cláusulas:

1.ª Cláusula

Pelo presente contrato o Segundo Outorgante obriga-se, a prestar à Primeira Outorgante, todos e quaisquer serviços relacionados com as atribuições do setor da higiene e limpeza da autarquia.

2.ª Cláusula

As despesas decorrentes da execução do presente contrato, serão asseguradas pelo Segundo Outorgante.

3.ª Cláusula

O Segundo Outorgante disponibilizará um mínimo de 35 horas semanais para o exercício das suas funções, sem subordinação jurídica e hierárquica mas dentro de um horário estabelecido pela Junta de Freguesia.



4.ª Cláusula

Como contrapartida dos serviços prestados, a Primeira Outorgante pagará ao Segundo Outorgante a quantia de € _____ mensais isentos de IVA ao abrigo do art. 53.º do CIVA. O valor total deste contrato será de € _____ x 3 = € _____.

5.ª Cláusula

Qualquer uma das Outorgantes pode fazer cessar o presente contrato a todo tempo e sem direito de indemnizar, desde que o faça com antecedência de 30 dias.

6.ª Cláusula

O presente contrato produz efeitos a partir de ____ de _____ de _____ e é válido por um período de 3 (três) meses a contar da data da sua assinatura.

7.ª Cláusula

O primeiro e segundo outorgante obrigam-se, a cumprir o presente contrato, aceitando-o nos exatos termos das cláusulas expressas.

8.ª Cláusula

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para a morada acima indicada.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

9.ª Cláusula

O ato de adjudicação foi aprovado por deliberação da Junta de Freguesia na sua reunião de ____ de _____ de _____.



10.ª Cláusula

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato referente quer à sua interpretação, ou execução, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel com expressa renúncia a qualquer outro.

Feito em duplicado, ficando cada uma das Contraentes com um exemplar.

Obs: O Segundo Outorgante fez prova que não é devedor às finanças e segurança social.

Cabimento na rubrica: 03/010107

_____, ____ de _____ de 2020

1.º Outorgante

2.º Outorgante



ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foram deliberadas em reunião de Junta, a cinco de agosto de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no edifício da Junta de Freguesia, em Campo, sito na Rua dos Moirais, 94/100 4440-131 Campo, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais dos referidos documentos, a ata em minuta: -----

Ponto três – Leitura da correspondência recebida -----

Deliberado, **por unanimidade**, contratualizar com o Jornal Novo Regional a edição de dez publicações com publicidade e/ou divulgação de iniciativas a desenvolver por esta Junta de Freguesia, por um período de dez meses. -----

Ponto quatro – Recursos Humanos -----

Deliberado, **por unanimidade**, contratualizar, pelo método de prestação de serviços em regime de tarefa, o funcionário, Amável Fernando Sousa Ferreira, por um período de três meses. -----

Após análise do processo disciplinar, e com base nos fundamentos invocados no relatório final apresentado pela sua Instrutora, o deliberou-se, **por maioria**, com o voto de abstenção do Sr. Tesoureiro, José Carvalho Ferreira Marujo, aplicar ao funcionário, António Coelho Alves, Assistente Operacional da Junta de Freguesia de Campo e Sobrado, a sanção disciplinar de suspensão, pelo período total de duzentos e quarenta dias, com perda de retribuição e antiguidade, com produção imediata. -----

Ponto seis – Ambiente -----

Deliberado, **por unanimidade**, contratual de serviços de empresa especializada para proceder aos trabalhos de limpeza dos terrenos nas traseiras da antiga fábrica da Cifa/Ribeira de Fontelhas, terrenos estes inseridos nos Acordos de Execução celebrados com a Câmara Municipal de Valongo. -----



Freguesia de
CAMPO e SOBRADO

Ponto sete – Outros assuntos -----

Deliberado, **por unanimidade**, contratualizar os serviços da empresa Granitec, Lda. para a realização dos serviços de colocação de tubagem para escoamento de águas, em casos eventuais inundações, decorrentes de episódios de grande pluviosidade. -----

Nada mais havendo a tratar, procedeu-se à leitura da ata em minuta, tendo sido aprovada, **por unanimidade**, pelos membros do Executivo presente. -----

O Presidente: _____

O Secretário: _____

O Tesoureiro: _____

O Vogal: _____

O Vogal: _____